



UMA “MERCADORIA ANTINATURAL”: A RETÓRICA ABOLICIONISTA NA PENSILVÂNIA COLONIAL

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3948

Guilherme Tadeu de Paula, UEM

Resumo

Criada no final do século XVII pelo *quaker* William Penn com a pretensão de se tornar um refúgio para os perseguidos políticos da Europa, a colônia da Pensilvânia apresentava-se, desde os seus primeiros anos, com uma incômoda contradição para um lugar que se promovia como um “Santo Experimento” em favor da liberdade: a utilização da mão-de-obra escrava. Ainda que, em geral, se relacione este tipo de organização do trabalho às *plantations* sulistas, as colônias centrais e do Norte também se valeram da escravidão, adaptando-a às necessidades de cada tipo de ofício preponderante em cada local – no caso da Pensilvânia, os escravos foram utilizados tanto nas regiões agrícolas do interior quanto no porto e nas oficinas da Filadélfia. Nos apoiando em textos do e sobre o período, mostraremos, neste artigo, como essa dissonância entre o discurso libertário e a prática escravista não deve ser pensada como uma questão anacrônica, uma vez que temos elementos para sustentar que ela foi percebida e criticada já nos primeiros anos de estabelecimento da escravidão naquela colônia. Deste modo, nossa proposta para esta comunicação é apresentar como se organizou o argumento antiescravista e de que modo ele se desenvolveu no período que vai do final do século XVII até o início da década de 1780 quando, durante a Revolução Americana, na época em que estava estabelecido o radical governo “constitucionalista” na Pensilvânia, conseguiu-se aprovar a *Act for the Gradual Abolition of Slavery* de 1780, a primeira lei antiescravista dos novos estados independentes.

Palavras Chave:

Pensilvânia; Escravidão na América Britânica; Abolicionismo; Resistência antiescravista.

Introdução

A proposta desta comunicação é analisar os argumentos organizados contra a escravidão na Pensilvânia tendo como recorte o período de cerca de um século: de sua primeira década de fundação, nos anos 1680, até os seus primeiros anos de estado independente. A trilha de nossa análise é baseada nos estudos de Ira Brown (1988), que recuperou a trajetória de indivíduos que criticaram este regime de trabalho na região da Filadélfia nos anos que compõem o recorte de tempo de nossa pesquisa. Nossa proposta é apresentar para o público lusófono de que modo se organizaram os argumentos antiescravistas em um período e um espaço sobre os quais muito pouco se estuda nos países de língua portuguesa. A conclusão desta breve revisão analítica é que na colônia da Pensilvânia, embora a escravidão tenha se imposto como regime de trabalho, esse processo não se deu sem críticas de diversos militantes – a maioria de religiosos *quakers*, embora houvesse também outras derivações político-religiosas - que compreenderam a prática como uma contradição à ideia de liberdade que apregoava a doutrina, bem como à autoimagem que projetava a colonização daquele espaço de terra da América Britânica.

De acordo com Ira Berlin (1978), o número da chegada de escravos nas colônias britânicas americanas obedecia uma espécie de tendência pendular cujo movimento se condicionava à seguinte lógica: o mercado de trabalho escravo variava ao ritmo da disponibilidade de mão de obra servil vinda da Europa e esta era consequência do contexto político e econômico de cada realidade específica, em geral da Inglaterra, Irlanda, Escócia e Galês, mas não só. Outro ponto importante que realça o historiador é que, embora o sistema escravista na América Britânica tenha se estabelecido majoritariamente nas regiões agrárias, não deve ser ignorada a relevância que este regime de trabalho ocupou para a

economia urbana colonial. Primeiro porque os proprietários das fazendas que utilizavam o trabalho escravo também tinham negócios nas cidades, mas é ainda mais complexo que isso. Evidentemente que em regiões como a Virgínia e em South Carolina, colônias sulistas, o trabalho escravo nas *plantations* era base para a produção da riqueza que transformou os empresários coloniais daquelas regiões em ricos homens de negócio, mas isso não era exclusividade do sul. Nos centros urbanos mais conhecidos da New England e das colônias centrais, os principais investidores do mercado escravista eram os membros das elites mercadoras de cidades como Filadélfia, Nova Iorque, Newport e Boston, cidades cuja força era o comércio e a manufatura.

Neste contexto, os escravos serviam como mão de obra para mercadores enriquecidos nos portos e grandes comerciantes, mas não só. Pequenos comerciantes e artesãos que, embora ocupassem uma posição inferior na sociedade colonial, puderam também aumentar sua rentabilidade por meio do trabalho escravo. Isso trouxe consequências peculiares uma vez que acabava por diversificar a posição social do escravo no sistema colonial – no caso das oficinas, por exemplo, ocupar o posto que um dia fora de um servo ou de um aprendiz, podia significar também a novidade da ascensão social e se não foi exatamente uma tendência, também não era incomum que alguns artesãos seguissem com os escravos o mesmo regime de trabalho que o ocupado pelo servo, o promovendo a assalariado após cumprir o tempo de aprendiz. Isso, claro, provocava descontentamento na *lower sort* não-escravizada, e não é de se estranhar que existissem também os casos de trabalhadores livres que protestassem pela presença de escravos em postos de trabalhos que poderiam ser seus, numa teia de interesses bastante complexa que persistiu mesmo depois da Declaração Independência.

Na Pensilvânia, em parte significativa das regiões rurais – com exceção das áreas colonizadas por germânicos – e também no centro comercial estabelecido na Filadélfia, o regime de trabalho escravo desempenhou força de produção de riqueza importante para a economia colonial desde os seus primeiros anos de estabelecimento, ainda no século XVII. Na mesma medida, a reação contrária a tal prática também se fez presente desde o início da fundação da colônia, e no período de cem anos delimitado por esta pesquisa, a militância abolicionista foi capaz de produzir uma rica obra intelectual, que nesta comunicação, tentamos recuperar, ainda que panoramicamente. Seguindo a trilha proposta por Brown (1988), e examinando alguns dos textos por ele sugeridos e tomando contato com outras fontes primárias relacionadas a estes, foi possível encontrar posturas individuais e até organizadas antiescravistas na colônia desde os seus primeiros anos do chamado Santo Experimento - como o *quaker William Penn* apelidou a empreitada colonizadora daquele espaço de terra herdado por ele em função de uma dívida da Coroa com sua família, cuja fundação satisfazia o seu desejo de criar um lugar com liberdade para os perseguidos religiosos europeus.

A tradição intelectual antiescravista na Pensilvânia

O mais antigo documento que esta pesquisa conseguiu rastrear com argumentos antiescravistas foi produzido em 1688, apenas sete anos após a fundação da colônia por William Penn. Tratou-se de uma iniciativa coletiva, de um grupo de *quakers* de origens germânicas e holandesas habitantes de Germantown, um povoado ao noroeste da Filadélfia: Gerret Hendericks, Derick up de Graeff, Daniel Pastorius e Abraham up

den Graef. O texto, assinado pelos quatro, foi apresentado como petição em abril de 1688 na reunião mensal da cidade Germantown e criticava o tráfico humano e a presença de escravos na região apoiando-se em três bases de argumentos: a primeira, de haste filosófica da liberdade religiosa e na indistinção entre homens ancorando-se na moral cristã do “ditado que diz que nós só devemos fazer a todos os homens o que nós faríamos com nós mesmos; fazendo nenhuma distinção de geração, descendência ou cor” – e neste caso, não se tratava unicamente de um exercício de alteridade, mas uma menção objetiva e textual à escravização de cristãos pelos otomanos. O argumento se desenvolvia na operação de se colocar no lugar do escravo conferindo, a estes, humanidade: “o que de pior no mundo pode acontecer conosco do que homens nos roubando e nos vendendo a países estrangeiros, separando marido de suas esposas e filhos?”. O segundo tinha a ver com a imagem que a experiência colonizadora *quaker* queria marcar. No horizonte da discussão estava o projeto libertário propagandeado por William Penn quando criou a colônia como um refúgio para os perseguidos religiosos do continente europeu. Para os autores da carta, a Pensilvânia deveria se importar em como a Europa olharia para a colônia. Por fim, o último argumento foi pragmático: e se esses escravos se juntassem e rendessem os seus mestres? “Ou esses negros não têm tanto direito de brigar pela liberdade quanto vocês têm de mantê-los escravos¹”?

Como explica Ira Brown (1988), a petição não surtiu efeito, mas o insucesso da iniciativa dos *quakers* germânicos e holandeses de 1688 em transformar seus argumentos em uma política abolicionista colonial não impediu o surgimento de outras vozes antiescravistas na Pensilvânia. Cinco anos

¹ Gerret Hendricks, Deric up de Graeff, Daniel Pastorius e Abraham up den Graef. Quaker Protest Against Slavery in the New World,

Germantown (Pa.), april, 1688, Haverford College Special Collections, manuscript collection, 990, B-R, 2 pages.

depois, pela prensa de William Bradford, seria publicado aquele que é considerado o primeiro texto impresso antiescravista de todas as colônias britânicas americanas. O “*An Exhortation & Caution to Friends concerning Buying or Keeping of Negroes*” foi escrito por George Keith, um intelectual *quaker* de longa trajetória e diversas publicações e que, embora tenha militado pela causa ao lado de William Penn na Europa, se posicionou em uma série de debates contra os *quakers* mais influentes da colônia reunidos na Sociedade dos Amigos. A argumentação de Keith também se baseava em premissas cristãs, amparada em uma série de citações bíblicas que sustentavam a sua teoria de que a escravidão era incompatível com a fé cristã e com a interpretação bíblica de sua religião. Sua crítica se desenvolvia no sentido de censurar aqueles que compravam os escravos - “a não ser que isso seja feito com o propósito de dar-lhes liberdade”².

Considerado um dos *quakers* mais inteligentes do período, George Keith criou um espaço de atuação autônoma com interpretações religiosas e posicionamentos políticos que implicavam controvérsias com outras forças coloniais. Os “*Keithian Quakers*” fizeram oposição ao governador nomeado por Penn, Thomas Lloyd e rivalizaram por diversos motivos até mesmo com o grupo de alemães e holandeses de Germantown - aquele que já havia se manifestado contra a escravidão - o que demonstra que a posição antiescravista pelo viés humanista era compartilhada por mais de um grupo político da Pensilvânia em seus primeiros anos³. Aliás, os argumentos religiosos

informavam de maneiras distintas o debate daqueles que se opunham à comercialização de escravos na colônia e nem todos os que manifestaram preocupação com a escravidão na Pensilvânia o fizeram baseados na chamada *Golden Rule*. Em 1696, uma carta escrita por um ministro *quaker* de Merion, o galês Cadwalder Morgan⁴, mostrou uma outra face da argumentação antiescravista. A preocupação do religioso não se escorava na moral cristã, como a dos anteriormente citados, mas nas consequências que derivavam da prática escravista. Por exemplo, o caso de ter de lidar com um escravo “ruim” - rebelde que fugisse, ou um violento. Ele conclui: “quando eu saísse de casa e o deixasse com uma mulher ou uma serva, ele deve desejar ou buscar cometer alguma maldade; se isso ocorrer me traria mais perdas e problemas do que qualquer ganho poderia compensar”⁵.

No final da segunda e início da terceira década do século XVIII, o aumento da importação de escravos de um lado e a recepção à publicação dos tratados de Ralph Sandiford do outro, mostravam um acirramento do tom da discussão em relação à escravidão e a consolidação da prática como algo aceitável na colônia. O autor, que seguia a tendência, digamos, humanista do final do século anterior em defender os escravos como sujeitos privados de liberdade, roubados em suas terras e apartados de suas famílias, aproximava aqueles que traficavam os negros com aqueles que os compravam - um argumento polêmico em um contexto em que a mão de obra escrava se disseminava em diferentes partes da

² George Keith, *An Exhortation & Caution to Friends Concerning Buying or Keeping Negroes*, October [1693], 1889, disponível em *Pennsylvania Magazine of History and Biography*, 13, editada por George H. Moore.

³ Sobre o debate político interno colonial, ver Sharpless (1919, p. 61-72).

⁴ Este documento, assim como a petição de Germantown, foi recuperado pelo projeto *Quaker*

and Slavery da coleção especial de manuscritos da *Haverford College*. Porém, diferentemente do primeiro, esta carta não foi citada por Ira Brown em sua recuperação da trajetória antiescravista da Pensilvânia.

⁵ Morgan, Cadwalader. *Quaker Protest Against Slavery*, Merion (Pa.) 1696-07-05. *Haverford College Special Collections*, manuscript collection 990 B-R, 2 pages.

colônia. Seus dois trabalhos, o primeiro em 1729 com o nome “*A Brief Examination of the Practice of the Times*” e o segundo em 1730 intitulado “*The Mystery of Iniquity*”, foram recebidos com resistência da igreja e das autoridades civis, que cuidaram de suprimir a circulação das publicações – o que fez com que poucas cópias resistissem ao tempo. Segundo Ira Brown (1998, p.65), Sandiford foi tão perseguido na cidade da Filadélfia que optou por se retirar para uma pequena fazenda fora da cidade onde morreu dois anos depois.

A violenta reação da elite colonial em relação à trajetória de Sandiford pode ser uma pista interessante para explicar porque coubera a um “outsider” sem grandes aspirações sociais a posição de principal voz antiescravista do segundo quarto do século XVIII na Pensilvânia. Considerado uma figura “exótica” por seus modos de militância e a sua aparência física – além de ser dotado de uma enorme barba branca, era muito baixo já para os padrões da época, tinha pernas extremamente finas e as costas marcadamente curvadas – Benjamin Lay havia trabalhado como marinheiro em Barbados e trazia em sua argumentação contra tal regime de trabalho uma forte crítica às transações de compra e vendas de escravos as quais presenciou durante aquela experiência, o levando inclusive a sugerir boicotes aos produtos que tivessem sido fabricados com trabalho forçado. Lay escreveu uma série de textos, inclusive recuperando Sandiford como um dos homens que escreveram contra o “pecado” da escravidão, considerada, por ele, uma prática digna de um apóstata. Entre seus argumentos, assim como na carta de Germantown, aparece a comparação da escravização dos cristãos

pelos turcos com a dos negros pelos cristãos, bem como a costumeira discussão bíblica para fundamentar ou rejeitar ideias. É o caso, por exemplo, da passagem, em que ele provocava os proprietários de escravos “membros eminentes dos Amigos” - organização *quaker* hegemônica na Filadélfia colonial - que justificavam tal propriedade reivindicando Abraão, ao que Lay respondia: “eu não achei em todas as Escrituras, que Abraão em algum momento tenha tido algum escravo⁶”. Apesar de seu trabalho escrito merecer respeito pela originalidade no contexto, Lay é geralmente lembrado por seus modos de atuação política antiescravista, colecionando histórias de intervenções pouco convencionais – a mais curiosa que resistiu ao tempo foi narrada por Robert Vaux (1815) e tem sido reproduzida por diversos historiadores, entre eles Ira Brown. Vaux conta que Lay, no intuito de convencer os vizinhos de como a escravidão era ruim, escondeu o filho de seis anos do casal em sua casa e esperou que eles se desesperassem quando o considerasse desaparecido para ensiná- lhes a lição: “Sua criança está a salvo em minha casa, e agora você pode imaginar a tristeza que você impôs aos pais da menina negra que você prende em escravidão⁷”.

De acordo com Brown (1988), a década de 1750 marcou um momento importante para a articulação e difusão de ideias antiescravistas na Pensilvânia. Escrito por John Woolman, um ministro *quaker* filho de uma tradicional família de Burlington, em New Jersey, “*Some Considerations on the Keeping of Negroes: Recommended to the Professors of Christianity of Every Denomination*⁸” foi um texto que inaugurou um novo momento para o

⁶ Benjamin Lay, All slave-keepers that keep the innocent in bondage, apostates pretending to lay claim to the pure and holy Christian religion, Printed for the author by Benjamin Franklin, Philadelphia, 1737. Collection Quakers and Slavery, ID: SW09-A0010907.

⁷ Ver Robert Vaux, *Memoirs of the Lives of Benjamin Lay and Ralph Sandiford*, 1815.

⁸ Woolman, John. *Some considerations on the keeping of Negroes : recommended to the professors of Christianity of every denomination*. 1754. Haverford College Special Collections, 31 pages. ID: HC09-10009

debate fundamentalmente porque sinalizava uma posição mais clara da Sociedade dos Amigos – que depois de ponderar, chancelou e custeou a impressão da obra na Pensilvânia em 1754.

Como vimos, a posição *quaker* “libertária” sempre foi demasiado “elástica” e, deste modo, a extensão da noção de liberdade aos negros foi reivindicada por alguns e ignorada por outros desde o início da fundação da colônia. Por isso, o fato do grupo político mais forte dali custear uma obra organizadamente militante antiescravista não é um dado desprezível para apontar tendencialmente a correlação de forças em relação ao debate. Não entraremos pormenorizadamente nesses meandros, mas é oportuno dizer que isso ao menos sugere outro ambiente se comparado aos das décadas anteriores. Além de ter o apoio *quaker* desde o princípio, o texto de Woolman tinha outro elemento que o distinguia dos dois últimos militantes escravistas e que facilitou que ele gerasse menor resistência que os anteriores: a elegância estilística. Neste ponto, há ainda uma questão de estratégia discursiva que certamente ajudou: sua construção analítica é notadamente mais moderada do que Lay e Sandiford, com um cuidado especial para não ofender os proprietários de escravos ao passo de que ainda assim não abria mão de criticar a prática.

Do ponto de vista teórico, porém, ao menos em relação ao fundamento mais central, seus argumentos não eram novos. Como os que o antecederam, suas ideias se fundamentavam também em princípios bíblicos, articulando uma série de citações das escrituras para estender aos negros escravizados seu estatuto de humanidade. Segundo Ira Brown (IDEM, p.69), Woolman pavimentou o caminho para outros militantes antiescravistas nas colônias, tendo seu texto circulado para além dos limites da Pensilvânia e New Jersey. Seria, no entanto, um amigo

pessoal de Woolman quem daria um passo decisivo para a transformação da “tradição” intelectual abolicionista da Pensilvânia: Anthony Benezet, francês convertido *quaker* na adolescência, que não abandonara a base cristã argumentativa, mas explorava com mais cuidado as justificativas humanistas laicas iluministas, sobretudo as ideias de direitos naturais e o respeito aos modos de vida dos africanos antes de serem capturados, tendo escrito e atuado politicamente na causa desde década de 1750 até depois da Independência. Com uma ampla produção que variou de pequenos artigos a grandes tratados, Benezet é considerado pelos estudiosos das ideias abolicionistas um dos mais importantes teóricos do século XVIII, tendo seus escritos ressoados inclusive no debate do outro lado do Atlântico, influenciando nomes como John Wesley, Granville Sharp e Thomas Clarkson.

Como se nota, até a década de 1770, o movimento antiescravista na Pensilvânia, embora jamais com força para transformar suas reivindicações em resultados políticos, conseguiu manter acesa a discussão, sempre condenando a prática, atentando para a contradição aos princípios religiosos e a ofensa humanitária que havia no ato de escravizar um homem. Seguindo o caminho aberto por Benezet, intelectuais da década de 1770 levariam essa discussão para outro patamar. Primeiro com Benjamin Rush, que se tornou o primeiro autor não *quaker* da Pensilvânia a escrever uma obra de peso contra a escravidão: “*An Address to the Inhabitants of the British Settlements in America, upon Slave-Keeping*” de 1773. Um ano depois, desembarcaria na Filadélfia como um anônimo inglês em busca de uma vida melhor, Thomas Paine, que se descobriu ali um poderoso escritor e defensor da liberdade, não só da independência das colônias, mas também da autodeterminação popular. Libertário e radical, não tardou para que se aproximasse de Rush e se tornasse também um militante da causa

antiescravista, emprestando seu talento como redator para denunciar a prática.

Recém-chegado da Europa, Paine era informado por outras influências e seu texto se amparava em uma tradição distinta daquela que predominou na colônia. Na nota de rodapé do texto publicado em março de 1775, intitulado “*African Slavery in America*”, seu primeiro sobre o tema, ele não mencionou nenhum dos autores que faziam parte da trajetória de publicações antiescravistas da colônia – nem mesmo Benezet, que já havia sido publicado na Europa - mas autores célebres da Europa, como Locke, Hutcheson, Baxter e Blackstone, entre outros, além de Montesquieu, único nome estrangeiro mencionado, uma lista tão ampla quanto imprecisa.

É importante notar que no próprio estilo adotado em seu ensaio, assinado pelo pseudônimo de “*Justice and Humanity*”, Thomas Paine não se colocava como alguém a trazer uma nova ideia. O tom do texto é de estupefação, uma vez que, para ele, aquela discussão já havia sido superada pelos pensadores e teólogos de outras gerações, além das publicações mais recentes. Para Paine não havia mais espaço para a discussão. O homem não era uma mercadoria a ser comercializável, o que o tornava uma “mercadoria antinatural” – essa curiosa e poderosa expressão que parece ter sido inventada por ele. “Que tantas pessoas civilizadas, melhor, cristianizadas, aprovelem e estejam interessados nesta prática selvagem, é surpreendente”⁹.

Com uma escrita elegante e bem articulada, o autor acusava os empresários do mercado de escravos de criarem as condições para a instabilidade no continente africano e promoverem as rivalidades que terminavam na prisão de homens que seriam escravizados. O eixo de sua argumentação se situava entre os

motivos legais e os teológicos – para esses, reivindicou Baxter, o único autor citado no corpo do artigo e não em nota. De qualquer modo, o apelo à provocação que encaminhava a parte final do seu texto sinalizava como Thomas Paine julgava inaceitável a discussão daquele tema: “se eles pudessem carregar e escravizar alguns milhares de nós, nós acharíamos isso justo? - É quase o caso de desejar que eles conseguissem; isso talvez convencesse mais do que a razão, ou a Bíblia¹⁰”. Os diversos argumentos que tentavam justificar a prática, disse Paine, eram vergonhosas tentativas de colorir e explicar o inexplicável e o abominável e, por isso, o intuito de seu escrito não era reprovar a escravidão, porque isso já havia sido feito por diversos outros escritores que o precederam. A sua ideia era convidar os americanos a refletirem sobre como lidar para decretar o fim deste tipo de exploração, sugerindo inclusive como operar no processo de abolição e inserção dos negros no trabalho colonial:

A grande questão talvez seja – O que deve ser feito com aqueles que já estão escravizados? Tornar o velho e doente livre seria uma injustiça e uma crueldade; aqueles que desfrutaram da mão-de-obra de seus melhores dias deveriam mantê-los e tratá-los humanamente. Em relação aos demais, deixe os homens prudentes, com a assistência das legislaturas, o que é praticável aos senhores e o melhor para os escravos. Talvez alguns poderiam dar a eles terras por uma quantia razoável, alguns empregá-los em seus próprios trabalhos, ou ainda poderiam subsidiá-los para isso; então, todos podem ter alguma propriedade e os frutos de seu trabalho a sua disposição, e serão encorajados a empreender¹¹.

⁹ Thomas Paine, *African Slavery in America*, *Pennsylvania Journal and Weekly Advertiser*, March, 1775 [1945] (II), p. 15-19.

¹⁰ Idem, p.17.

¹¹ Id., p.19.

Considerações Finais

Se é verdade que o plano de Paine nunca esteve perto de ser levado adiante, a vitória do movimento independentista e o estabelecimento da radical Constituição da Commonwealth da Pensilvânia de 1776 alterou a correlação de forças nos primeiros anos do Estado independente, e a pauta antiescravista teve, enfim, oportunidade de tornar-se uma política de Estado. Em 1º de março de 1780, com hegemonia do grupo radical favorável à Constituição popular, a Assembleia do novo Estado conseguiu aprovar aquela que é considerada a primeira lei antiescravista dos estados independentes, a chamada *Act for the Gradual Abolition of Slavery*. Com o pressuposto de terminar com a escravidão de modo gradual, a lei não só revogava toda a legislação referente ao regime de trabalho escravo estabelecida até então na Pensilvânia, como interrompia o seu comércio e determinava como livres os filhos de escravos nascidos a partir daquela data¹².

Referências

BERLIN, Ira. **Many thousand gone: first two centuries of slavery in North America**, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1998.

BROWN, Ira. Pennsylvania's Antislavery Pioneers, 1688-1776. In: **Pennsylvania History: A Journal of Mid-Atlantic Studies**. v. 55, n. 2, 1988. p. 59-77.

SHARPLESS, Isaac. **Political leaders of**

provincial Pennsylvania. Norwood: McMillan Company/Norwood Press, 1919.

Fontes

An Act for the Gradual Abolition of Slavery – Pennsylvania Commonwealth, 1780. in: Yale Law School, The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/pennst01.asp. Acesso em: 27 set. 2017.

Benjamin Lay, All slave-keepers that keep the innocent in bondage, apostates pretending to lay claim to the pure and holy Christian religion, Printed for the author by Benjamin Franklin, Philadelphia, 1737. **Collection Quakers and Slavery, ID: SW09-A0010907**.

George Keith, An Exhortation & Caution to Friends Concerning Buying or Keeping Negroes, October [1693], disponível em **Pennsylvania Magazine of History and Biography**, 13 [editada por George H. Moore], 1889.

Gerret Hendricks, Deric up de Graeff, Daniel Pastorius e Abraham up den Graef. Quaker Protest Against Slavery in the New World, Germantown (Pa.), april, 1688, **Haverford College Special Collections**, manuscript collection, 990, B-R, 2 pages.

Cadwalader Morgan. [Quaker Protest Against Slavery, Merion \(Pa.\)](#) 1696-07-05. **Haverford College Special Collections**, manuscript collection 990 B-R, 2 pages.

Robert Vaux, **Memoirs of the Lives of Benjamin Lay and Ralph Sandiford**, (Published by Solomon W. Conrad), 1815.

Thomas Paine, African Slavery in America, Pennsylvania Journal and Weekly Advertiser, March, 1775 In: The Complete Writings of Thomas Paine (Collected and Edited by Philip Foner), II Vol, 1945. p.15-19.

¹² Ver - An Act for the Gradual Abolition of Slavery – Pennsylvania Commonwealth, 1780.